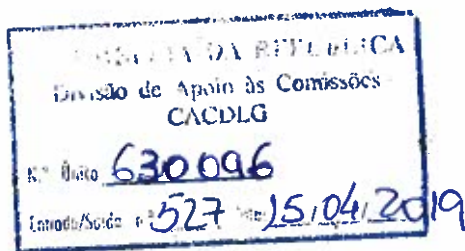




GRUPO PARLAMENTAR

discutido e aprovado por unanimidade  
na reunião de CACDLG de 16.4.19, na  
ausência do FEV.



Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão de Assuntos  
Constitucionais, Direitos, Liberdades e  
Garantias,  
Dr. Bacelar de Vasconcelos

### Requerimento

No relatório produzido pelo Observatório Técnico Independente (OTI), em dezembro de 2018, este organismo, tendo em conta a alteração orgânica da estrutura da ANPC preconizada pelo Governo, formulou um conjunto de propostas com vista à melhoria do atual sistema de proteção civil.

Entretanto, foi publicado em 1 de abril passado, no Diário da República, o decreto-lei que veio aprovar a nova orgânica da entidade responsável pela proteção civil, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) e, nessa sequência, o Observatório, através da sua Nota Informativa, de 8 de abril p.p., pronunciou-se sobre a nova estrutura e, em particular, o que, no seu entender, serão os principais impactos do novo quadro orgânico no sistema nacional de proteção civil.

Com a nova definição da estrutura operacional, o Observatório lança diversos alertas que abrangem, entre outras questões, a falta de coerência territorial dos agentes do sistema de proteção civil, as competências e recursos afetos às estruturas de coordenação de nível regional, a formação

Detalhado  
15-04-2019



GRUPO PARLAMENTAR

especializada, qualificação e recrutamento dos recursos humanos, e a reorganização estrutural do sector operacional dos bombeiros.

Por último, o Observatório realça ainda no documento referido a importância do modelo de faseamento previsto para a entrada em vigor da nova orgânica da ANEPC, e o impacto da respetiva concretização, “uma vez que a estrutura operacional atua como um todo e em simultâneo, nas 24 horas dos 365 dias do ano”.

Face à relevância das questões acima referidas, o Grupo Parlamentar do PSD vem solicitar ao Senhor Presidente que sejam promovidas as diligências necessárias à audição dos membros do Observatório Técnico Independente na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Palácio de S. Bento, 15 de abril de 2019

Os Deputados do PSD,